



Check against Delivery

## **II Conferência Ministerial de responsáveis pela Igualdade de Género e Saúde dos Países da CPLP**

*Género, Saúde e Violência*

**por**

**Alanna Armitage  
Directora  
Geneva Office  
United Nations Population Fund**

**3 Maio 2010  
Lisboa, Portugal**

Senhora Secretária de Estado, Dra Elza Pais

Senhor Secretário de Estado, Joao Cravinho

Excelências,

Ilustres Ministros, Ministras e membros dos Governos

Caros Colegas e amigos,

Senhoras e Senhores

Obrigada pela oportunidade de falar em nome do UNFPA, nesta muito importante reunião ministerial dos países da CPLP sobre género, saúde e violência.

Gostaria de felicitar a Secretária de Estado Dra Elza Pais pela liderança nesta reunião, e o Secretário Executivo da CPLP, Engenheiro Simoes Pereira.

Gostaria também de felicitar Portugal, a través do Secretário de Estado Joao Cravinho pelo compromisso e liderança da cooperação portuguesa na área de saúde da mulher e igualdade de género.

Sinto-me honrada por fazer parte deste encontro pois acredito firmemente que hoje mais do que nunca, temos uma oportunidade para colocar o género no topo da agenda nacional e internacional.

A igualdade é, em primeiro lugar e acima de tudo, um direito humano. As mulheres têm o direito de viver com dignidade e ser tratadas com respeito.

Com a inclusão específica da igualdade de género como um dos oito Objectivos do Milénio, o mundo finalmente reconheceu que o empoderamento das mulheres é uma ferramenta indispensável para a promoção do desenvolvimento e a redução da pobreza e que as mulheres empoderadas contribuem para a saúde e produtividade de todas as famílias, comunidades e nações.

Vivemos um momento emocionante para as mulheres, está a ser criada nas Nações Unidas a nova Entidade Conjunta para Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres.

Vivemos também um momento de expectativa para a saúde das mulheres. Nos últimos anos temos assistido a avanços enormes no reconhecimento da saúde materna como prioridade mundial.

Há duas semanas atrás, o Secretário-geral das Nações Unidas com outros líderes mundiais, apresentaram uma nova iniciativa global sobre saúde reprodutiva, saúde materna e neonatal para acelerar o progresso dos ODM 4 e 5, do compromisso do Milénio.

Apesar destes avanços, a discriminação das mulheres, das jovens e meninas continua a ser a forma mais difundida e persistente de desigualdade - incluindo a violência baseada no género, a discriminação económica, as desigualdades na saúde reprodutiva, e as práticas tradicionais nocivas.

Permitam-me uma breve reflexão sobre algumas destes desafios são prioritários para a realização de nossa agenda compartilhada.

### **Saúde Reprodutiva (ODM 4 e 5)**

Hoje as complicações relacionadas com a gravidez, o parto e o VIH/SIDA são as principais causas de morte de mulheres em idade reprodutiva nos países em desenvolvimento.

Se os países querem melhorar a igualdade de género, precisam investir seriamente na **melhoria da saúde sexual e saúde reprodutiva**.

A capacidade e recursos das mulheres para controlar sua própria fecundidade é absolutamente fundamental para o empoderamento das mulheres e para a igualdade.

Quando uma mulher pode planejar a sua família, ela pode planejar o resto de sua vida.

Quando ela está saudável, ela pode ser mais produtiva. E quando tem direitos reprodutivos que sejam promovidos e protegidos – incluindo

- o direito de decidir o número de filhos,
- o momento e espaçamento das gravidezes
- e para tomar decisões sobre a sua vida reprodutiva livre de discriminação, coerção e violência –

ela tem liberdade para uma participação mais plena e igualitária na sociedade.

E sabendo tudo isto, no entanto, hoje, ainda existem 215 milhões de mulheres no mundo em desenvolvimento, sem acesso ou com necessidades não satisfeitas de métodos contraceptivos eficazes, logo com riscos para a sua saúde sexual reprodutiva.

E ainda, durante a última década, enquanto o financiamento para a saúde global aumentou, o financiamento para a saúde reprodutiva permaneceu estagnado e diminuiu para o planeamento familiar.

Os benefícios de se investir em saúde sexual e reprodutiva estão bem documentados e sabemos de longo alcance. Eles incluem taxas reduzidas de fecundidade, mortalidade e morbidade.

Um estudo recente produzido pelo UNFPA e Guttmacher Institute mostra que **nos países em desenvolvimento as mortes maternas podem ser reduzidas em 70 por cento e a morte dos recém-nascidos em metade dos casos, se o mundo duplicar o investimento no planeamento familiar e cuidados relacionados com a gravidez e parto.**

Além dos benefícios óbvios de uma população saudável, estes contribuem para a consecução dos objectivos de desenvolvimento mais amplo, incluindo níveis mais elevados de educação e de equidade e justiça social, bem como de crescimento económico e produtividade.

Agora é a hora de tornar o acesso universal à saúde reprodutiva uma prioridade económica, social e política.

## **Violência com base no gênero e violência sexual**

Otro desafio que ainda enfrentamos é a **violência baseada no gênero e a violência sexual**

Violência contra mulheres não é apenas uma grave violação dos direitos humanos, mas também uma afronta aos direitos e saúde reprodutiva das mulheres e à liberdade em geral.

A violência contra as mulheres abrange um vasto leque de violações dos direitos humanos, incluindo

- a violência doméstica,
- o abuso sexual de crianças,
- o assédio sexual e estupro,
- o tráfico de mulheres e meninas,
- e várias práticas tradicionais nocivas, como o corte ou mutilação genital feminina,

con consequências imediatas e de longo prazo para a saúde das mulheres e meninas.

De especial preocupação para o UNFPA é a violência que acontece durante e após emergências humanitárias, especialmente os conflitos armados.

Passaram dez anos desde a aprovação da histórica Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, a primeira que aborda especificamente o impacto da guerra sobre as mulheres e a contribuição das mulheres para a resolução de conflitos e uma paz sustentável.

No entanto, a maioria das mulheres em situações de conflito e pós-conflito continua a experimentar pouca paz e pouca segurança.

Minhas senhoras e meus senhores, com toda a franqueza, o desafio que enfrentamos é, transformar este quadro político em vontade política e medidas concretas.

O aumento da vontade política é necessário para garantir que as mulheres, as jovens e as meninas recebem proteção real da violência e abuso sexual nas suas casas, nas suas comunidades e nos campos de pessoas refugiadas e deslocadas internamente.

A Campanha do Secretário-Geral das Nações Unidas, *UNIR pelo Fim da Violência contra a Mulher*, apresentada em 2008, visa prevenir e eliminar a violência contra mulheres, jovens e meninas em todos os contextos e em todas as partes do mundo.

A campanha também realça que só iremos acabar com a violência contra as mulheres quando os homens forem parceiros e as meninas e meninos forem criados e educados numa cultura de respeito mútuo, na responsabilidade e igualdade de oportunidades.

O UNFPA também trabalha para garantir que a intervenção sobre a violência contra a mulher, jovens e meninas é uma parte integrante dos programas de saúde sexual e reprodutiva. Para milhões de mulheres em todo o mundo, a sua visita a um serviço de saúde, a uma clínica, pode ser a única oportunidade que têm de obter o apoio de que necessitam, e escapar da violência e abuso.

## **VIH e SIDA (ODM 6)**

No que respeita ao HIV e SIDA, não esqueçamos que estamos em 2010, ano em que estabelecemos para nós mesmos alcançar o acesso universal a programas abrangentes de prevenção, tratamento, cuidados e apoio em matéria de HIV. Precisamos manter os nossos esforços para alcançar este objectivo.

O Plano Operacional da ONUSIDA para Mulheres, Meninas, Igualdade de Género e HIV é uma excelente ferramenta para acelerar a acção.

## **CIPD – Conferência sobre População e Desenvolvimento**

De todos os acordos internacionais existentes para o desenvolvimento, o Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo) é a mais abrangente em reconhecer e tratar estas conexões complexas entre a igualdade de género, saúde e desenvolvimento.

O Plano de Acção do Cairo coloca as pessoas e os direitos humanos no centro e articula claramente as conexões entre muitos factores inter-relacionados:

- o desenvolvimento humano,
- o empoderamento, a capacitação das mulheres,
- a saúde,
- a violência de género,
- a dinâmica populacional,
- o crescimento económico,
- os padrões de produção e consumo,
- a migração e pessoas refugiadas
- e protecção do ambiente.

Agora é o momento de reafirmar este Programa de Acção e garantir a sua implementação plena e eficaz, nomeadamente através da atribuição de recursos adequados.

Embora a assistência dos doadores e os orçamentos nacionais tenham vindo a aumentar, os níveis de financiamento actuais estão muito abaixo das metas necessárias para a realização do PoA da CIPD e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Gostaria de salientar que é hoje que a lacuna de financiamento para a saúde reprodutiva, tem de ser ultrapassada. Precisamos de resolver este problema, urgentemente, para atingir as metas do desenvolvimento, melhorar a saúde e reduzir a pobreza.

Não devemos permitir que a crise financeira global trave um maior investimento na saúde e bem-estar humano. Como sempre, esta falta de investimento social será mais gravemente sentida pelas mulheres, pelas jovens e pelas meninas em situação de pobreza. E o impacto devastador será mais experienciado por todas as pessoas, comunidades e nações que são social e economicamente mais desfavorecidas

## **Mulheres saudáveis fazem economias saudáveis**

Senhoras e Senhores, **mulheres saudáveis fazem economias saudáveis**

Vale a pena investir nas mulheres, tem resultados. Quando as mulheres são saudáveis e têm escolhas, são *um veículo* para o desenvolvimento económico.

Não é apenas o correcto, a opção certa, o investir hoje na prevenção da Violência com base no Género e na prevenção do VIH, em planeamento familiar e em saúde materna - é também uma opção pelos ganhos e por boa economia.

Nós sabemos o que deve ser feito, nós sabemos o que vai custar, e nós sabemos que o investimento necessário é modesto em relação aos enormes benefícios que se seguirão.

E esse tipo de investimento precisa, não só da comunidade internacional, mas também dos orçamentos nacionais.

### **Parcerias**

Antes de concluir, gostaria de falar sobre a importância da colaboração e das parcerias.

Claramente sabemos, que nenhuma instituição, ministério ou país pode garantir ou fazer a transversalidade de género e saúde reprodutiva nas suas actividades de desenvolvimento se trabalhar isolado, e por conta própria.

Esta reunião, que reúne pela segunda vez ministros, ministras e responsáveis de governos com a responsabilidade da Igualdade de Género, é um excelente exemplo da força das parcerias.

Tivemos o privilégio de participar na anterior reunião organizada pela Ministra Nilcea Freire, que teve lugar no Rio de Janeiro em 2008, participámos na vídeo conferência de 2009, que reuniu o Brasil, Portugal e o Secretário Executivo da CPLP à mesma mesa, e ao mesmo tempo estamos a acompanhar o trabalho em curso nos países CPLP em matéria de saúde sexual e reprodutiva, maternidade segura, igualdade de género, VIH/SIDA e fim da violência sobre as mulheres. O UNFPA também tem um enorme orgulho em ser vossos parceiros.



Estamos perante alguns desafios urgentes, precisamos de fazer mais em parceria e cooperação, precisamos que os governos, os parlamentos, as Organizações Não Governamentais e todos os parceiros CPLP sejam efectivos no alcançar as metas dos ODM.

Estamos certas que a criação da Conferência de Ministras Responsáveis pela igualdade de género na CPLP e o fomento da cooperação técnica e jurídica entre os Estados membros da CPLP garantirá mais informação e serviços efectivos e advocacy que promovam a saúde das mulheres, das suas famílias e a igualdade de género, enquanto direitos fundamentais.

Um parceiro importante neste processo é a sociedade civil. Em muitos países, as organizações da sociedade civil têm mostrado superior empenho e capacidade técnica para mudar as coisas quando têm a oportunidade. Algumas das ONGs parceiras presentes nesta reunião foram os líderes mundiais na construção do momento, da dinâmica e aumento do financiamento para programar e para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

## CONCLUSÃO

Para concluir, a promoção da igualdade de género, o empoderamento das mulheres e a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres são as pedras angulares da redução da pobreza e dos programas de desenvolvimento.

As tentativas de alcançar os ODM, sem investimentos adequados em empoderamento e na saúde das mulheres irão minimizar as perspectivas de sucesso.

Neste sentido estamos ansiosos com os resultados dos próximos acontecimentos mundiais nesta matéria: a Conferência Women Deliver em Washington DC no mês de Junho e a Cimeira da União Africana sobre Saúde materna e infantil, em Julho; reuniões importantes que antecederam a Cimeira ODM+10 na Assembleia Geral em Setembro, e onde temos a oportunidade de fazer progressos maiores.

Ha mas de 60 anos, o sistema das Nações Unidas tem vindo a defender e a fazer advocacy pelas mulheres e desenvolvimento, promover reformas legais e políticas, e a apoiar projectos que melhorem a saúde das mulheres e ampliem as suas escolhas na vida.

O UNFPA tem escritórios em muitos países, incluindo os da CPLP, e quero aqui confirmar que podem contar com nosso apoio na formulação de políticas de género e saúde da mulher.

Obrigada.